

Introdução

Paulo Sávio N. Peixoto Maia

A exemplo do que fizemos no primeiro volume desta Coleção, reservamos à presente publicação pareceres que versam sobre direito de pessoal. A repetição, entretanto, finda por aí.

Com efeito, os contornos da relação jurídica estatutária estabelecida entre os servidores públicos e a Administração Pública é tão rica que configuraria pretensão descabida encerrar em uma única edição esta temática. De um lado, a constante modificação legislativa, faz com que não só novos temas reclamem abordagem: também entendimentos longamente estabelecidos passam a requerer novo enfrentamento. De outro, modificações nas circunstâncias de fato deflagram novos problemas quanto ao processo de atuação do direito; dúvidas quanto a existência ou modo de ser de uma relação jurídica, por exemplo.

A propósito, muitos dos pareceres recolhidos nesta coletânea têm como pano de fundo uma considerável modificação no mundo dos fatos: a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios, promovida pela Emenda Constitucional Estadual 92/2017, cuja constitucionalidade foi afirmada pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 5763/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 26/10/2017). A partir de então, coube à Secretaria de Administração deste Tribunal de Contas empreender hercúleo esforço – até o momento bem -sucedido – no sentido de unificar estruturas, fluxos e procedimentos administrativos. Nesse mister, por várias vezes a Procuradoria Jurídica deste Tribunal de Contas foi acionada, fornecendo subsídios jurídicos para a tomada de decisão por parte da Presidência desta Corte. Colacionamos, nesta oportunidade, alguns opinativos representativos desse contexto fático.

Mas não só isso serviu como critério de escolha. Outros pa-

receres justificam a sua inclusão no presente volume em razão de termos vislumbrado, neles, utilidade prática para os que laboram quer na atividade de assessoramento jurídico, quer na instrução de processos administrativos em geral. Continuamos munidos, portanto, do mesmo espírito do início desta Coleção, no sentido de fornecer não peças de valor doutrinário, mas de caráter técnico. Não discorreremos sobre institutos. Equacionamos problemas: propondo soluções juridicamente adequadas no espaço do possível. Dessa forma, ausente qualquer sorte de intento científico, seremos bem sucedidos se o leitor puder encontrar nesta obra elementos que facilite sua prática jurídico-profissional.

Cumpre-nos asseverar que a presente publicação não se trata de “repositório oficial” do Tribunal de Contas do Estado. Em algumas situações, procedemos a modificações formais; seja com o fim de eliminar erros que persistiram nos originais, seja para tornar o texto mais inteligível para o público externo. Nessa senda, em alguns pareceres foram acrescidas ementas. Achamos por bem, igualmente, retirar o nome dos Interessados. Embora o processo administrativo seja público (e muito embora não exista óbice jurídico à divulgação do nome das partes, salvo as exceções legais), em sede de publicação tal dado não nos pareceu em nada agregar – razão pela qual optamos por adotar nomes fictícios.

Não por último, o presente volume é dedicado à Dra. Maria de Fátima Siqueira, que laborou nesta Procuradoria Jurídica, no cargo de Consultora Jurídica, ao longo de 18 anos – tendo exercido, inclusive, os encargos da Procuradoria-Geral. Seu zelo com a coisa pública e profundo domínio quanto ao direito de pessoal do Estado do Ceará foram um guia seguro desde o primeiro instante em que fui designado para a função de Procurador-Geral, em janeiro de 2016. À Dra. Maria de Fátima Siqueira, deixo expresso os meus agradecimentos e, nisso, acredito que falo em nome do Tribunal como um todo.